



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS CONTROLADORIA GERAL DA UNICAMP

ATA DA DÉCIMA QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS. Aos sete dias do mês de novembro de dois mil e vinte e quatro, às 10 horas, reuniu-se na sala de reuniões CGU 2, o Sistema de Controle Interno da Universidade Estadual de Campinas, sob a presidência da COORDENADORA GERAL DA UNIVERSIDADE, PROFESSORA DOUTORA MARIA LUIZA MORETTI. Compareceram os seguintes membros: ÁLVARO DE OLIVEIRA D'ANTONA, EVERALDO PINHEIRO, FERNANDA LAVRAS COSTALLAT SILVADO, FERNANDO SARTI, FERNANDY EWERARDY DE SOUZA, MARCOS LEONARDO SIMÃO, THIAGO BALDINI DA SILVA, LINA AMARAL NAKATA. O PROFESSOR ZIGOMAR MENEZES DE SOUZA justificou sua presença, sendo substituído pela SRA LINA NAKATA. O PROF. DOUGLAS GALVÃO, justificou sua ausência por estar representando a Unicamp em compromisso previamente assumido em Brasília-DF. Também justificou ausência a SRA. CECÍLIA MARCIA PEREIRA LOPES. A PRESIDENTE, PROFA. MARIA LUIZA, dá início à reunião, submetendo à apreciação a Ata da 13ª Sessão Ordinária, realizada no dia vinte e dois de agosto de dois mil e vinte e quatro. Não havendo manifestações, a Ata foi aprovada por unanimidade. Em seguida, a PROFA. MARIA LUIZA passa a apreciação da Ordem do Dia, informando que seguindo a mesma dinâmica das reuniões anteriores haverá uma breve apresentação de cada relatório do Programa de Acompanhamento Integrado pela Controladoria Geral e passando a palavra ao PROF. ÁLVARO DE OLIVEIRA D'ANTONA. O PROF. ÁLVARO D'ANTONA informa que esses dois relatórios, que são os relatórios 5 e 6, constam do plano de trabalho aprovado previamente pelo Sistema de Controle Interno e que eles estão dentro do cronograma previamente aprovado pelo SCI. Na sequência, solicita ao Sr. MOISÉS que apresente o relatório sobre os processos de adiantamento. O SR. MOISÉS FIUZA GARCEZ JUNIOR passa a apresentação do Relatório do Programa de Apoio Integrado nº 05/2024 - Adiantamentos. Ele informa que foi enviado um formulário à área de controle interno da DGA com questões sobre adiantamentos. Ele destacou que a análise das respostas mostrou a existência de despesas realizadas antes da concessão do adiantamento, apontadas pela DCI/DGA. Ele destaca que uma análise detalhada revela que das 48 despesas indicadas pela DCI como tendo sido realizadas anteriormente à concessão, apenas 24 apresentam situações que podem ser entendidas como problemas segundo normativas da DGA, e, ao considerar as normativas externas e o manual de contabilidade, somente 12 teriam problemas reais, relacionados principalmente a produtos controlados. Neste caso, a DANFE é emitida antes do recebimento por uma exigência específica da circulação destes produtos, o que justificaria a prática realizada. Outro destaque é sobre as justificativas para adiantamentos, que é o tema que concentra o total de apontamentos externos do Tribunal de Contas. O Tribunal de Contas tem apontado problemas nas justificativas, que muitas vezes são padronizadas e não especificam a urgência ou necessidade da despesa. Por fim, destaca que há uma falta de manifestação dos ordenadores de despesa sobre a aprovação ou reprovação das contas, o que pode constituir uma falta administrativa. Na reunião, foram discutidos diversos problemas recorrentes em diferentes áreas da universidade, especialmente relacionados ao planejamento e execução de compras. Foi relatado que muitas aquisições são realizadas por meio de adiantamento, devido à falta de planejamento adequado. Também foram mencionados problemas no sistema de controle de adiantamentos, que atualmente apenas libera os recursos financeiros, sem monitorar sua execução. A SRA LINA NAKATA destacou que uma grande dificuldade para o controle centralizado dos adiantamentos é a inexistência de um sistema informatizado para gestão de adiantamento. São operações de valor baixo que muitas vezes a criação de estruturas com pessoal para controlar essas aquisições pode ser mais dispendiosa que as próprias compras. Ela comenta sobre a dificuldade em modificar a cultura institucional de realizar compras em cima da hora. Ela informa que a flexibilização das normas



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS CONTROLADORIA GERAL DA UNICAMP

relacionadas aos adiantamentos, adequando aos limites do que a Lei permite, tem sido frequentemente utilizada de forma indevida, o que contribui para processos que chegam com urgência à Diretoria Geral da Administração (DGA), impactando na priorização de demandas urgentes em detrimento de outras atividades. Ao final foi proposto como forma de minimizar os problemas a responsabilização dos ordenadores de despesa, incluindo a implementação de um termo de responsabilidade específico para esses gestores. Também foi discutida a relação entre planejamento e exceções nas licitações, ressaltando que o não cumprimento do Plano de Compras Anual (PCA) tem gerado desabastecimento e a necessidade recorrente de adiantamentos. Outro ponto abordado foi a dificuldade em centralizar o planejamento, dada a autonomia das unidades, o que amplia os riscos associados à flexibilização das normas de adiantamento. Foi destacada a importância de justificativas mais detalhadas e criteriosas para evitar problemas e reforçar a responsabilidade dos envolvidos. Por fim, reiterou-se a necessidade de mudanças estruturais e culturais para melhorar os processos de compras e adiantamentos na universidade, de modo a garantir maior eficiência e transparência. Não havendo outras manifestações, a PROFA. MARIA LUIZA sugeriu como encaminhamento a realização de oficinas com os executores de contas de adiantamentos, com o objetivo de melhorar as justificativas de compras por adiantamentos. Na sequência, colocou o Relatório do Programa de Apoio Integrado nº 05/2024 - Adiantamentos, em votação. O relatório foi aprovado por unanimidade. Na sequência solicitou que o Sr. ELTON RODRIGO PEREIRA passe a apresentação do Relatório do Programa de Apoio Integrado nº 06/2024 - Orçamentário e Financeiro. Inicialmente, ele informa que houve um atraso nas respostas ao formulário enviado, o que prejudicou algumas análises. As respostas recebidas foram incluídas como apêndice ao relatório. Sendo assim, as análises foram feitas com base em informações publicadas no site da AEPLAN: proposta de distribuição orçamentária, revisões orçamentárias e Informativos da AEPLAN. Após uma breve apresentação do relatório, em que comentou que as principais receitas são o repasse da cota-parte do ICMS pelo Estado e as aplicações financeiras. Quanto às despesas, as principais são a folha de pagamento (75% sem auxílio alimentação), despesas contratuais e programa de alimentação, o SR. ELTON destacou que foram feitas análises das receitas e despesas nos últimos anos, comparando o planejamento inicial com o realizado. Foi destacado que as despesas com horas extras não eram previstas no orçamento e tiveram um crescimento significativo, atingindo 25 milhões em 2023. A inclusão da previsão de horas extras foi realizada na revisão orçamentária, e houve aprovação na COP e na CAD para contratação de funcionários na área da saúde, com o objetivo de diminuir essas horas. Ele destaca que são necessárias ações de acompanhamento e controle para verificar se de fato a contratação de novos funcionários terá efeito sobre a diminuição das horas extras. Outro ponto destacado foi a necessidade de manutenção do planejamento orçamentário, atendendo a um apontamento do tribunal para que o controle interno da Unicamp tenha um acompanhamento mais próximo da execução orçamentária, principalmente quando as receitas variam. O SR. THIAGO BALDINI comentou sobre as dificuldades na equipe orçamentária, que foi reduzida, o que levou à priorização de prazos externos sobre os internos, o que acarretou o atraso no envio das respostas ao formulário do PAI. Ele também mencionou que o aumento nos valores de horas extras era anteriormente compensado com redução de custeio do HC. Além disso, foi esclarecido que o valor de 75% da folha de pagamento não inclui benefícios, e que nos próximos anos, com a separação da insuficiência financeira, esse valor deve cair. Foi ressaltada a importância de detalhar esses itens para evitar confusões futuras. Quanto ao acompanhamento das novas contratações da área da saúde, foi mencionada a iniciativa da DGRH em acompanhar os números de contratação, que devem impactar na redução das horas



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS CONTROLADORIA GERAL DA UNICAMP

extras. Houve uma discussão sobre a importância de cumprir os prazos do PAI para comunicação externa com órgãos de controle, e a decisão de manter a consistência do programa, mesmo com os atrasos na entrega das respostas aos formulários. Não havendo outras manifestações, a PROFA. MARIA LUIZA colocou o Relatório do Programa de Apoio Integrado nº 06/2024 - Orçamentário e Financeiro, em votação. O relatório foi aprovado por unanimidade. Seguindo a Ordem do Dia, a PROFA. MARIA LUIZA solicitou que o SR. FLÁVIO FERREIRA apresente o Plano de Trabalho do Sistema de Controle Interno para o ano de 2025. O SR. FLÁVIO apresenta o Plano de Trabalho para 2025, que é dividido em duas partes: acompanhamentos regulares, constituído pelos relatórios do PAI e ações para diminuir os apontamentos externos. Ele destaca que o plano foi elaborado com base nos apontamentos do último relatório e nas ações propostas por cada órgão através da Plataforma de Acompanhamento de Apontamentos. Cabe destacar que o cronograma inclui processos de acompanhamento acadêmico-administrativos, que serão implementados com a chegada de novos servidores à Controladoria Geral. Não havendo manifestações, o Plano de Trabalho do Sistema de Controle Interno - 2025 foi colocado em votação e aprovado por unanimidade. Com o término da ordem do dia, a PRESIDENTE MARIA LUIZA MORETTI deu continuidade à reunião, passando ao expediente. O relatório de apontamentos retirado da Plataforma de Monitoramento de Apontamentos (PMA) foi apresentado, seguido pelo relato do PROF. ÁLVARO D'ANTONA sobre a necessidade de melhorias no sistema. Há sugestões de uma pequena alteração para que não se perca a memória dos itens já resolvidos. Participantes relatam dificuldades no uso do sistema, como a repetição de apontamentos em diferentes exercícios, dificuldade em alterar tags do mesmo assunto. Sugerem melhorias, como busca por exercício e tema, e edição em massa de tags. Na sequência o PROF. ÁLVARO D'ANTONA apresenta as ações do Programa de Integridade, destacando a criação da UGI e o diálogo com outras instâncias da Universidade que tratam do tema Integridade. Ele propõe a criação de um Fórum de Integridade Acadêmica para melhorar a comunicação entre essas instâncias. Entre os assuntos que poderiam ser abordados neste Fórum está a necessidade de formalizar alguns fluxos para evitar decisões subjetivas e encaminhamentos inadequados. O PROF. ÁLVARO menciona a importância de introduzir a ideia de integridade acadêmica no diálogo com o Estado, não apenas os aspectos administrativos da integridade pública. Em seguida, o PROF. ÁLVARO apresenta um Apêndice ao Relatório do Programa de Acompanhamento Integrado nº 03/2024, informando que este apêndice deverá ser enviado juntamente com o relatório final do SCI ao CONSU, no momento da apresentação do relatório anual do sistema. Por fim, o SR. EVERALDO PINHEIRO apresentou o SR. RAFAEL e a SRA. ANA CLÁUDIA, servidores da DGRH, que serão responsáveis pelo Controle Interno da DGRH. Não havendo outras manifestações e nem outros assuntos, a PROFA. MARIA LUIZA encerra a reunião. Para constar, eu, FLÁVIO BATISTA FERREIRA, Assistente Técnico, lavrei a presente Ata para ser submetida à aprovação do Sistema de Controle Interno. Campinas, 07 de novembro de 2024.